



DEMOCRACIA DE ACESSO AOS ESPAÇOS URBANOS DE BRASÍLIA: UM DESAFIO SOCIAL, ECONÔMICO E CULTURAL

DEMOCRACY OF ACCESS TO URBAN SPACES OF BRASÍLIA: A SOCIAL,
ECONOMIC AND CULTURAL CHALLENGE

Daniela Pereira Barbosa – Brasília – Distrito Federal - Brasil

barbosa.dnl@gmail.com

Resumo

Brasília é uma metrópole que apresenta diversos problemas de segregação social principalmente por motivos econômicos, o que acaba por inibir o acesso da população com menor poder aquisitivo a todos os espaços da cidade. Essa condição se faz presente desde a construção da Capital Federal, e tem consequências graves nos dias atuais. Porém, mesmo carregando este traço de segregação social e conflito entre as classes sociais, acentuando-se ainda mais por fatores espaciais, existe outro lado de Brasília que vem se estruturando em uma conjuntura mais otimista do que aquela onde a segregação socioeconômica e a especulação imobiliária impunham regras aos seus moradores. Mesmo com os problemas existentes, principalmente de ordem socioeconômica, Brasília apresenta características de inclusão, onde é possível refletir e repensar o uso e ocupação dos espaços públicos. A partir daí, uma nova ocupação dos espaços da Capital vem ganhando voz.

Palavras-chave: Brasília. Democracia. Acesso.

Abstract

Brasilia is a city that presents several problems of social segregation, mainly for economic reasons, which ultimately inhibit the poorest part of population to effectively use the city. This condition is present from the construction of the city, and has serious consequences nowadays. But even carrying this trait of social segregation and conflict between different social people, accentuated even more by distance and spatial factors, there is another side of Brasilia, as we can how the city has been structuring in a more optimistic scenario than the one where the socioeconomic segregation and property speculation imposed for its residents. Even with the problems, especially those socio-economics, a part of the residents has been changing city's evolution in order to rethink the use and occupation of public spaces, and a new way to occupy these urban areas is becoming increasingly common.

Keywords: Brasilia. Democracy. Access.

Introdução

Brasília, após quase 55 anos de sua inauguração, continua exercendo deslumbramento e inquietações no meio acadêmico, o que inspira investigações principalmente acerca de suas características, lógica de concepção e projeções futuras. Exemplos disso são as publicações “Brasília 50 + 50: cidade e projeto”, de 2014, organizada por Luciana Saboia e Maria Fernanda Derntl, que é uma compilação de artigos e trabalhos sobre as relações atuais da população com Brasília; além da “Brasília: ideologia e realidade”, organizada por Aldo Paviani, em 2010, também uma compilação de artigos de professores e pesquisadores que buscam compreender o funcionamento de Brasília, apresentando também situações concretas sobre a Capital Federal.

Sejam esses estudos críticos, propostas ou constatações, Brasília é tema presente em diversas áreas do conhecimento, como arquitetura, design, geografia, sociologia e política; e sua importância acadêmica é inegável. Vale ressaltar que o Distrito Federal – DF é a única unidade da federação brasileira onde as “cidades” são classificadas em Regiões Administrativas – RA, e vamos utilizar este termo para nos referirmos às várias RA que formam o DF (Taguatinga, Guará, Ceilândia, etc). Brasília é uma RA com características próprias e que está imersa em ideologias que existem desde antes de sua construção. Como disserta Andrey Schlee (2014, p. 27),

A cidade sugerida, sonhada, imaginada, desenhada, riscada – criada, como dizia Lúcio Costa – tornou-se real. E a utopia, aqui encarada como a ‘vitória do desejo’, transformou-se em um fato concreto. E tudo que se faz em Brasília, ainda hoje nasce com um brilho de esperança.

Com esta visão otimista conduzimos nosso trabalho, pois apesar de estarmos conscientes dos problemas e conflitos, acreditamos no ‘brilho de esperança’ citado por Schlee. Um olhar crítico, entretanto, faz-se extremamente necessário, pois consideramos ser imprescindível apresentar e analisar os problemas que existem em Brasília a fim de entender como seu cenário evoluiu para o que é constatado hoje. Esta análise é necessária também para entender como a população se envolve com Brasília, que possui características peculiares desde a sua criação, além de entender como a apropriação de seus espaços vem sendo concretizada pela população de maneira a promover uma identidade cultural na Capital Federal.

A pesquisa foi feita a partir de análises bibliográficas que consideram como se deu a evolução histórica da distribuição espacial e as relações sociais existentes em todo DF e, a partir disso entendeu-se como se dá a configuração atual em Brasília. A metodologia utilizada envolveu análises empíricas de observação das mudanças que

Brasília vem sofrendo nos últimos anos, principalmente considerando movimentos de cunho ideológico que prezam pela valorização de seus espaços. Observamos ainda os problemas sociais existentes levando em consideração seu entorno imediato, ou seja, as demais RA existentes no Distrito Federal para questões comparativas, principalmente no que diz respeito às condições de vida da população.

Para a análise das questões sociais, econômicas, culturais e políticas, focando na apropriação dos espaços urbanos pela população, fizemos uma avaliação de como se dá o acesso a esses espaços. Esta avaliação foi feita a partir de estudos de eventos culturais e da apropriação natural de espaços de Brasília, avaliados em conjunto com bibliografia especializada, a saber, autoras como Gabriela Bilá (2014) e Luciana Saboia (2014), que realizaram estudos e propõem considerações importantes e atuais acerca da cultura e identidade específicas da Capital Federal. Além das autoras citadas, realizamos uma entrevista com Miguel Galvão, organizador do ‘PicniK’, que é um evento comercial e cultural em Brasília. Tal análise nos apresenta informações relevantes sobre como Brasília vem se desenvolvendo e tendo seus espaços públicos ocupados.

Contextualização

Podemos considerar que Brasília, mesmo carregando certo ar de estagnação formal e relutância com relação às mudanças em suas estruturas, principalmente depois que foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1987 pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), vai se moldando e tendo seus espaços reestruturados de acordo com alguns fatores, como a especulação imobiliária, a necessidade dos governantes e, por fim, os anseios da população.

Podemos constatar, entretanto, que as modificações citadas não se dão de modo igualitário para todos os interessados e nem de maneira hegemônica em todo o território do Distrito Federal, já que a distribuição populacional e destinação de espaços para fins específicos tende a agenciar a valorização de algumas áreas e desvalorização de outras, o que promove como consequência direta a crescente segregação da população mais pobre. Vale salientar que somente o Plano Piloto de Brasília, o que representa apenas uma parcela do território do DF, foi declarado patrimônio histórico pela Unesco. Este espaço é a região central do território, tendo sido projetado por Lúcio Costa, vencedor do concurso para projeto da Nova Capital, em 1957¹. Esta área em questão não pode sofrer grandes variações estruturais.

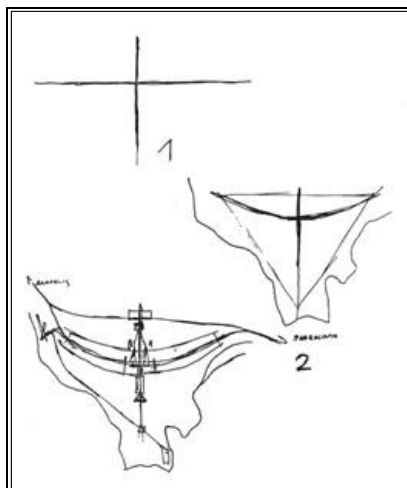


FIGURA 1 – Desenho de Lúcio Costa no Plano Piloto de Brasília.

Fonte: Plano Piloto de Brasília. Disponível em

http://brasiliapoetica.blog.br/site/media/relatorio_plano_piloto_de_brasilia_web2.pdf. Acesso em 8-6-2015.

Brasília é sempre supervalorizada com relação às outras RA do DF, que, por vezes, aparecem somente como secundárias ou apenas como espaço de força de trabalho para a Capital Federal. Mesmo que cada RA possua características próprias, Brasília tem grande relevância no DF devido a diversos fatores, como a importância política, econômica, social e ainda cultural. Uma prova disto é que, de acordo com Antonella Bruzzese (2014, p. 80), “No Plano Piloto trabalham 70% dos habitantes do Distrito Federal, enquanto apenas 8% lá moram”, e podemos acrescentar ainda que além das relações de trabalho serem centralizadas no Plano Piloto, também muitas outras relações sociais, culturais e políticas se concentram neste mesmo local, que é centro administrativo. O Plano Piloto é o lugar com o maior número relativo de interações no DF, já que a população geral do Distrito Federal (periferia e centro) guarda uma intensa relação com o centro devido às dinâmicas e trocas ali efetuadas.

Percebemos, entretanto, que a relação de cada classe social com esse espaço se dá de maneira diferente, e essa realidade se deve ao fato do espaço urbano em geral, em sua evolução histórica, ter se concretizado como um produto, pois lugares com mais vantagens de localização são mais valorizados e abrigam famílias com maior poder aquisitivo, além de contarem com melhores condições estruturais, como energia elétrica, tratamento de esgoto, pavimentação de vias e segurança pública. Em Brasília não é diferente. O espaço urbano da Capital Federal e seu entorno, então, foi sendo

distribuído e apropriado de acordo com os interesses vigentes, o que promoveria a segregação social.

Classificação e uso dos Espaços

De acordo com suas características, usos, dinâmicas e fluxos de ações, os espaços podem possuir diversas funções e representações. Dentro do espaço urbano, essas funções podem ser motivo de encontro, segregação, conflitos, entre outras possibilidades. Existem diversas classificações quanto a esses conceitos, e consideramos autores como Paulo Cesar Gomes (2012) e Milton Santos (2013) importantes para o enfoque que pretendemos abordar. Gomes (2012) nos apresenta uma divisão com relação ao estudo dos espaços, classificando-os em Nomoespço e Genoespço. O Nomoespço, segundo o autor, consiste no local formal e normatizado, onde uma associação territorial é estabelecida em nome do bem comum da sociedade. De acordo com Gomes (2012),

É necessário que se estabeleçam bases formais nessa associação, contratos que limitem, coibam e punam certas atitudes em nome do equilíbrio do conjunto. Ao mesmo tempo, essa associação deve garantir, resguardar e proteger determinados direitos e liberdades que constituem os maiores benefícios supostos nessa cooperação. (GOMES, 2012, p. 31)

Esse espaço é estruturado por regras e normas que devem ser seguidas pelo cidadão, sendo legitimadas pelo Estado. São normas estabelecidas por poderes legítimos e se aplicam a todo e qualquer cidadão, prevendo regras de direitos, deveres e punições para que as bases formais sejam cumpridas, considerando-se em primeiro lugar o bem da sociedade como um todo. Porém, por encarar a sociedade como um todo homogêneo no quesito de direito à ocupação territorial, e não havendo diferenciação entre grupos dentro de um mesmo espaço, esta classificação se torna mais teórica do que prática, e o próprio autor reconhece este fator. Cabe, então, outra divisão, proposta também por Gomes (2012), que observa o fenômeno de ocupação dos espaços da maneira como ele se dá no dia a dia da cidade, não cabendo somente o conceito de espaço normatizado. Aqui, o autor propõe uma classificação que estaria mais de acordo com a vivência natural da sociedade e que vai além da legislação, levando em conta características de grupos distintos na esfera social. Este espaço é chamado pelo autor de Genoespço.

De acordo com Gomes (2012, p. 60), o Genoespço é composto pelo espaço das relações sociais culturais, afetivas, históricas ou econômicas dentro de um território comum. É o espaço onde, segundo o autor, “o tipo de agregação social que qualifica o

território é o grupo ou a comunidade?”. Gomes (2012) entende ainda que a legitimação de uso dos lugares na cidade se dá, baseando-se na lógica do Genoespaço, por fatores que vão além da normatização dos espaços comuns baseado em leis formais, marcados por grupos dentro de uma comunidade que se proclamam, por motivos diversos, detentores de uso daquele espaço específico. No mesmo raciocínio, Gomes (2012) analisa as disputas territoriais no Genoespaço da seguinte maneira:

Obrigatoriamente estas disputas não possuem nunca um caráter cosmopolita, não sendo a dinâmica dessas lutas inclusivas, visto que se define pela diferenciação ontológica, constituindo-se, pois, como uma afirmação da diferenciação de direitos em um espaço, segundo critérios de domínio e controle coletivos (GOMES, 2012, p. 61).

Podemos observar então que, além da existência de um espaço comum que é regido por leis específicas do Estado e que são criadas para, idealmente, democratizar o espaço urbano, temos também as regras da própria comunidade para este tipo de ocupação. Essas regras, como citado por Gomes (2012), não têm o ideal de representar as bases da norma e de promover a ocupação igualitária por todos, mas sim de estabelecer divisões baseadas em conceitos de separação da sociedade por grupos.

Vivenciamos um jogo de interesses onde as classes sociais que possuem mais poder econômico podem ser capazes de criar suas próprias regras quanto à ocupação e uso de um espaço. O Estado é cúmplice desses fatores quando garante este tipo de dominação. Tais relações podem ser percebidas o tempo todo nas cidades, principalmente nas metrópoles, e a exclusão da parcela mais pobre da população colabora para aumentar a estratificação social, o que demonstra como pode ser falha a democracia de acesso a diversos espaços.

As regras de uso dos espaços podem ser sutis ou escancaradas, mas existem algumas características comuns. Por exemplo, temos a segregação social, espacial e econômica quando fatores como distância, escassez de transporte público ou mesmo altos preços praticados no local funcionem como motivo de impedimento ou de dificuldade de acesso. Outros fatores menos sutis como a presença de portões, cercas, cancelas ou seguranças particulares em locais públicos também podem funcionar como inibidores de acesso pela população de baixa renda, que não se sente bem vinda a um local que seria de uso de todos. Outro exemplo de dominação de um espaço público é quando a população hegemônica, por meio de pressão, impede a construção de obras de cunho popular, como estações de metrô ou até mesmo escolas públicas em seus bairros, o que impede que a população pobre participe do espaço de convívio daquela

população. Estas atitudes, mesmo as mais simples, ajudam a aprofundar ainda mais o abismo social já tão evidente no Brasil e o espaço público, desta maneira, se torna cada vez mais privado, pois seu valor de apropriação se torna interessante para os grupos dominantes.

Ainda sobre a categorização do espaço, temos a visão de Santos (2013), que o divide em Tecnosfera e Psicoesfera, sendo a Tecnosfera o espaço que abrange a artificialização do meio ambiente, ou seja, as estruturas construídas pelo ser humano; e a Psicoesfera o meio que abrange os valores, crenças, vontades e hábitos. Juntos, formam o meio técnico-científico. Nas cidades, as pessoas organizam suas vidas sociais e interações com o meio técnico-científico por meio de relações complexas com diversas instituições sociais, políticas, econômicas e culturais.

A naturalização do ambiente construído, ou seja, a familiaridade com a Tecnoesfera rege diversas das nossas ações sociais no espaço urbano. De origem extremamente complexa, essas relações envolvem a sociedade, a economia, a cultura e a política de maneira a conduzir o cidadão no ambiente social da cidade. Com relação a isso, existem fluxos de ações que envolvem as instituições e os cidadãos no espaço urbano, o que se apresenta, enfim, como um modo de dominação do mais forte em detrimento do mais fraco economicamente, o que promove a territorialização dos espaços urbanos.

Demarcar um território é a consolidação da legitimação de pertencimento de um determinado espaço por um determinado grupo. O conceito de território está intimamente ligado ao conceito de poder, e para entender as relações espaciais urbanas é imprescindível a compreensão da ideia de território. Gomes (2012) nos ensina que

O território é [...] parte de uma extensão física do espaço, mobilizada como elemento decisivo de estabelecimento de um poder. Ele é assim uma parcela de um terreno utilizada como forma de expressão e exercício do controle de outrem. Por meio desse controle é possível a imposição de regras de acesso, de circulação e de normatização de usos, de atitudes e de comportamentos sobre esse espaço. (GOMES, 2012, p. 12)

O território, então, é a divisão clara das relações de poder impostas a partir das divisões observadas no Genoespaço, e apesar de vigorarem, teoricamente, regras normatizadas, pode ser tido como *locus* de grandes tensões entre grupos distintos que buscam a apropriação desse espaço. Ao promover e legitimar essa categorização, temos a dinâmica que possibilita subdivisões do espaço onde, segundo Santos (2013),

a matematização do espaço torna propícia a matematização da vida social, conforme aos interesses hegemônicos. Assim se instalam, ao mesmo tempo, não só as condições do maior lucro possível para os mais fortes, mas também as condições para a maior alienação possível para todos. (SANTOS, 2013, p. 31)

Isso significa dizer que à medida que os grupos hegemônicos determinam ser, por questões diversas, os titulares do território e, em consequência, controladores de todas as relações que ali se configuram, os grupos oprimidos se tornam mais fracos e condescendentes com esta realidade, sentindo que não pertencem e não podem estar em um local que seria deles por direito. As consequências disso são as segregações sociais, estratificação urbana e hierarquia de apropriação dos espaços, territorializando-os. Os grupos sociais não hegemônicos, os dominados, então, têm sua presença permitida no território de outrem somente por motivos específicos (força de trabalho, por exemplo), e qualquer outro tipo de relação com este espaço passa a ser criticada, dificultada e até mesmo proibida.

Brasília e seus espaços

Brasília é a Capital do Brasil desde 21 de abril de 1960, mas a ideia da transferência da capital do Rio de Janeiro para o centro do país teve lugar bem antes disso, ainda nos tempos do império, prevista na Constituição de 1881 e somente concretizada no governo de Juscelino Kubitschek, Brasília teve sua construção iniciada em 1957. Tal medida se tornou economicamente e estrategicamente possível naquele contexto do país, como nos mostra Ricardo Farret (2010, p. 27) quando afirma que “A construção de um ‘centro político nacional’ não é um fato isolado que ocorre em nível puramente ideológico; pelo contrário, ele tornou-se viável, nos anos 1950, dada uma determinada conjunção das forças sociais então existentes”.

Assim, mesmo que Brasília carregue uma aura de ideologia e esperança, suas raízes estão em um nível muito mais estratégico do que ideológico, como completa Farret (2010, p. 36) quando nos ensina que “Brasília e seu entorno regional constituir-se-iam no verdadeiro trampolim do Sudeste industrial para a expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste e Norte do Brasil”. Estrategicamente viável e ideologicamente possível, ocorreu então a transferência da capital, e Brasília passou a ser sede da República em 1960.

Mesmo que os motivos primordiais da construção da nova Capital não tenham sido de cunho puramente ideológico, seu plano urbanístico apresentaria uma série de

inovações acerca de estilo e configuração enquanto cidade. De acordo com Pedro Paulo Palazzo (2014, p. 16), “O Plano Piloto de Brasília de Lucio Costa, vencedor do concurso, tinha uma forma inusitada que parecia um avião [...]. A clareza e a monumentalidade do conceito seduziram o júri, assim como continuam a seduzir arquitetos e turistas até hoje”. As superquadras residenciais², parafraseando Palazzo (2014), apresentavam uma característica bastante utópica quando se previa que elas seriam praticamente idênticas para todas as classes sociais, “do faxineiro ao burocrata do ministério” (PALAZZO, 2014, p. 16). Na realidade, o que de fato ocorreu desde o início da construção foi que a especulação imobiliária e a lógica do capital obrigaram as pessoas de classes sociais menos favorecidas a se afastarem do centro desde antes mesmo da inauguração de Brasília. Ignez Ferreira (2010) nos mostra que o entorno de Brasília se desenvolveu numa velocidade maior do que o próprio centro, como podemos observar na figura 2.

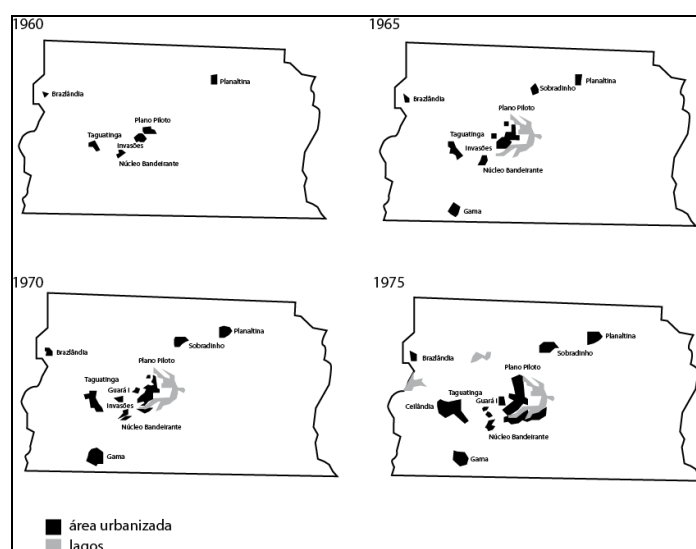


FIGURA 2 – Evolução Urbana no Distrito Federal.

Fonte: Adaptação de “Brasília, ideologia e realidade”. FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. In: PAVIANI, Aldo; p. 74.

Isso significa dizer que, desde o início, a segregação social já estava presente no espaço urbano de Brasília, cuja administração inauguraria novas e precárias cidades distantes do centro a fim de mascarar a pobreza, distanciando a população pobre que chegava na Capital para trabalhar. Durante a construção de Brasília, como nos mostra Ferreira (2010),

A população migrante formava favelas e acampamentos no espaço em construção. Para abrigar essa população, foram criados núcleos periféricos ao Plano Piloto, como solução para impedir o crescimento desordenado no centro. Esses núcleos foram criados quase que simultaneamente à cidade (FERREIRA, 2010, p. 72).

Na realidade havia a previsão de criação de outras Regiões Administrativas do DF no plano urbanístico de Brasília, mas calculava-se que fossem construídas em um momento posterior ao que realmente aconteceu. Planejava-se o início do povoamento de cidades periféricas assim que houvesse necessidade quando da saturação do Plano Piloto, mas o que de fato ocorreu foi que as ocupações habitacionais surgiram logo no início, e o motivo era justamente conter a chegada de pessoas de baixa renda ao centro de Brasília. Daí já se iniciou o processo de segregação espacial, de seleção e distribuição dos espaços urbanos de acordo com a classe social de seus ocupantes. Ferreira (2010, p. 73) conclui nosso pensamento quando argumenta que “Na periferia da cidade planejada, antes mesmo que ela estivesse concluída, cria-se o espaço da reprodução da força de trabalho necessária à construção da cidade e sua implementação”. Essa realidade faz parte da história de Brasília e carrega suas consequências até os dias atuais. Apesar da ideologia da construção de uma ‘cidade-modelo’, tanto em termos urbanísticos quanto filosóficos e sociais, ainda hoje temos conflitos espaciais no que diz respeito à estratificação social e à lógica de uso dos espaços.

A democracia de acesso aos espaços urbanos de uma cidade está vinculada principalmente a fatores de âmbito social, econômico, político e cultural. No caso de Brasília fica claro deduzir que existe estratificação social, com conseqüente exclusão social. A seguir, faremos uma análise de como se dá a democracia de acesso aos espaços urbanos em Brasília com base nos fatores sociais e econômicos. Esta análise está ancorada nas pesquisas de autores como Paviani (2010) e em dados oficiais da CODEPLAN (Companhia de Planejamento do Distrito Federal).

Fatores sociais e econômicos

Brasília está localizada na região Centro-Oeste do país, no Distrito Federal. Sua população total em julho de 2010 era de 2.570.160³ habitantes distribuídos no Plano Piloto e nas outras cidades do DF, sendo que somente o Plano Piloto, no mesmo período, apresenta uma população de 208.666⁴. O Distrito Federal, conforme já esclarecemos, é a única unidade da federação dividida em Regiões Administrativas – RA e não em cidades, como acontece no restante do país. São no total 30 RA, sendo Brasília uma delas.

Nesta análise, levando em consideração fatores socioeconômicos baseados nos dados de 2010 da CODEPLAN, dividimos as RA em três grupos de acordo com suas rendas médias mensais. O Grupo 1, com renda média mensal superior a R\$ 3.000,00, é composto por Brasília, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Sudoeste/Octogonal e Park Way; o Grupo 2 com renda média mensal entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.000,00, é composto por Águas Claras, Cruzeiro, Guará, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo, SIA, Sobradinho, Sobradinho II, Taguatinga e Vicente Pires; e o Grupo 3, com renda média mensal inferior a R\$ 1.000,00, é composto por Brazlândia, Candangolândia, Ceilândia, Gama, Itapoã, Paranoá, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo II, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, SCIA – Estrutural e Varjão. A divisão foi realizada de acordo com fatores socioeconômicos, onde o Grupo 1 abrange as Regiões Administrativas de renda média-alta; o Grupo 2 seria composto por aquelas RA de renda média e, enfim, o Grupo 3 seria aquele composto por RA com a renda média baixa, e também com a maior parte da população carente do DF.

Para melhor compreensão da realidade socioeconômica do DF, segundo as características econômicas de cada Grupo, elaboramos uma tabela que contempla a média mensal por grupo e a do Distrito Federal no total, facilitando a comparação entre os Grupos analisados, com ênfase na questão econômica.

Região Administrativa	População Total	Média de Renda Mensal (em R\$)
Grupo 1	364.881	4.093,47
Grupo 2	723.049	1.531,19
Grupo 3	1.482.230	597,77
Distrito Federal	2.570.160	1608,05

TABELA 1 – População e média da renda mensal por grupo no Distrito Federal

Fonte: Fonte: própria autora, com base em dados da CODEPLAN – 2010

A população e seu número no espaço do DF é um dado importante a ser avaliado para a análise por fatores sociais e econômicos, e nos apresenta fatos acerca da democracia de acesso aos espaços no DF. A partir da tabela, podemos perceber que a população do Grupo 1 é de 364.881 pessoas, representando apenas 14% da população total do DF, enquanto que sua renda média é mais do que o dobro da renda média da população total do DF. Em contrapartida, a população do Grupo 3, de 1.482.230, representando 57% da população do DF, possui uma renda média de quase 1/3 da média geral.

Na figura a seguir, é possível observar a localização de cada RA de acordo com a distribuição geográfica no território do DF e ainda é possível perceber o distanciamento de cada Grupo do centro do poder. As RA do Grupo 1 são as mais próximas, enquanto as do Grupo 3, que são aquelas com a média de renda mais baixas, são também as mais distantes.:

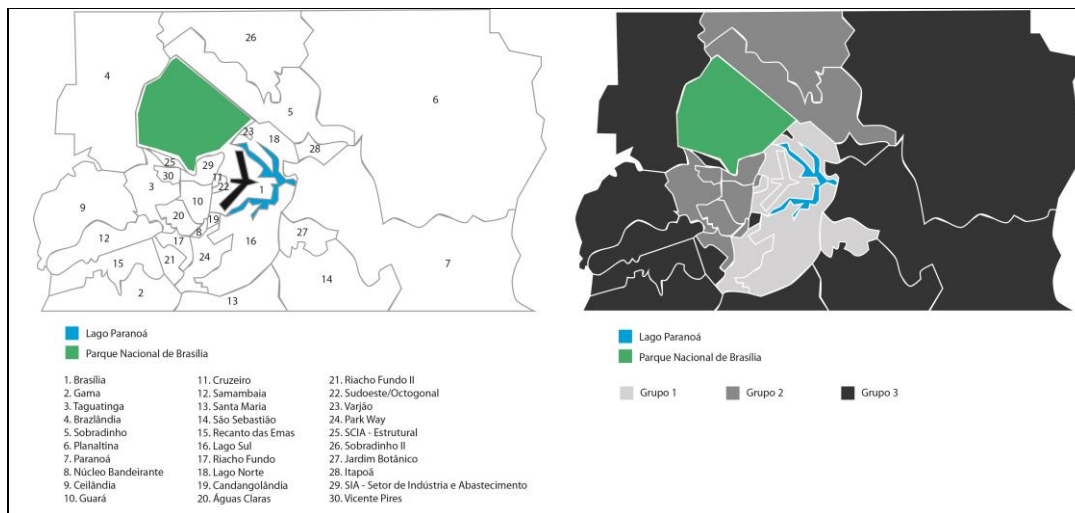


FIGURA 3 – Regiões Administrativas do Distrito Federal por localização (esq.) e localização dos Grupos 1, 2 e 3 (dir.).

Fonte: Dados da CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%20C3%B4micas/TABELA%20RENDA%20PER%20CAPITA%20E%20POPULA%C3%87%20C3%83O%20-%20CENSO%202010.pdf>. Acesso em 15.9.2014.

A região do Grupo 1 seria aquela que contém as RA com maior renda média da população e maior proximidade com o Plano Piloto, o centro do poder e local onde se concentram os maiores empregos, além de possuir infraestrutura mais adequada. As RA do Grupo 2 possuem renda intermediária, e a distância do centro urbano é maior. Já as do Grupo 3, com renda média inferior, possuem a maior distância do centro do poder, possuindo também infraestrutura e qualidade de serviços reduzida. A distribuição espacial do DF, então, penaliza a população menos favorecida economicamente, que além de ter direito somente a habitar locais mais afastados, também concentra em seu grupo as piores habitações, além da pior infraestrutura urbana.

A título de entendimento da problemática acerca da diferenciação entre os grupos, propomos uma comparação visual a partir de imagens comparativas que revelem traços das RA. Selecionamos aquelas com o maior número de habitantes de cada Grupo analisado, sendo Brasília do Grupo I, Taguatinga do Grupo II e Ceilândia

do Grupo III. A figura 4 a seguir não representa, claro, todas as RA dos Grupos, mas apenas nos mostra até que ponto o Estado e a própria população são capazes de ceder às exigências da especulação imobiliária e da lógica de acúmulo de capital.



FIGURA 4 – Da esquerda para a direita: Brasília, Taguatinga e Ceilândia.

Fotos: Romain Moitrot, Carmen Daga e Agência Brasília.

Não é difícil perceber como a RA de Ceilândia pode ter lugares bem carentes, e mesmo que existam locais em Ceilândia com boa estrutura e que abriguem famílias de maneira digna, o fato de uma comunidade tão pobre ainda se fazer presente ali, realidade que jamais teria lugar em Brasília, por exemplo, é preocupante.

É importante ressaltar que mesmo que novas RA sejam criadas, a mesma lógica de distribuição espacial será conservada (se considerarmos que o planejamento urbano baseado nos parâmetros atuais será mantido). As regiões mais distantes, então, abrigarão a população mais pobre, enquanto as RA centrais concentrarão as pessoas com a maior renda. Quanto à quantidade de RA, também podemos esperar um maior número daquelas do Grupo 3, com maior população, do que das dos Grupos 1 e 2; assim como melhor planejamento urbano para os Grupos 1 e 2 do que para o Grupo 3.

Percebe-se, então, que a população menos favorecida acaba por ficar com a parcela territorial mais distante do centro e com as piores condições de infraestrutura. Sabóia (2014) resume de forma clara este pensamento em seu texto quando argumenta que

As relações ‘classes sociais’ versus ‘sua distribuição no espaço’ apresentam particularidades que variam com o lugar, mas nota-se a mesma regra básica em qualquer parte do coração metropolitano – o Plano Piloto e seu entorno imediato: uma constante luta para alargar o espectro social em todas as suas partes e os movimentos contrários que a ideologia e o poder dominantes impõem, ou seja, manter ou fortalecer a presença neste espaço somente dos mais altos poderes aquisitivos (SABÓIA, 2014, p. 40)

Em Brasília, qualquer tentativa de diminuir essa distância social na esfera espacial, principalmente na questão habitacional é duramente reprimida, e a população mais pobre sofre com deficiências de infraestrutura em suas habitações, além de problemas de deslocamento para chegar ao local de trabalho, que é normalmente

concentrado nas regiões centrais. Assim, é possível perceber como o espaço urbano de Brasília segrega pela distância espacial e, ainda, por fatores sociais.

A democracia no espaço urbano de Brasília, então, é dificultada por fatores sociais quando a população hegemônica e o Estado dificultam o acesso da parcela mais pobre da população ao centro, seja por questões de moradia ou de acesso, uso e ocupação de locais públicos da Capital. A população de baixa renda que trabalha no centro, então, parece ser bem vinda neste espaço apenas se estiverem de acordo com as regras da população hegemônica, ou seja, somente para cumprir sua função como força de trabalho. Como já foi abordado, esta é a realidade da população de baixa renda desde a construção de Brasília, sendo mantida a mesma lógica nos dias atuais.

Estudos de caso: acesso e uso dos espaços urbanos

Muitos lugares em Brasília que são públicos têm seu acesso dificultado para quem depende do transporte público, ou ainda, mesmo sendo local público, apresenta muros ou seguranças. É o caso do Pontão do Lago Sul, localizado em área nobre da cidade, com difícil acesso para quem está de ônibus, e ainda com segurança e guarita na entrada, o que intimidaria as pessoas que não são socialmente bem-vindas naquele local: normalmente a população de baixa renda.

A entrada é livre, mas é possível perceber que existe um controle social de quem acessa aquele espaço público. Trata-se de um espaço na beira do lago Paranoá, com diversos bares e restaurantes com preço elevado. Existe, para uso livre da população, a orla do lago e locais abertos com bastante espaço livre, porém, segundo o blog *Anda Brasília*⁵, quando algumas pessoas começaram a fazer piquenique no local, levando sua própria comida, houve forte repressão por parte dos seguranças, que informaram que tal atitude era proibida. Segundo nota do referido blog,

o Projeto Pontão do Lago Sul, formalmente criado pela lei distrital nº 1.073/96, do governador Cristovam Buarque (então no PT, hoje no PDT), destinava uma área da orla do Lago a 'atividades de lazer, esportes e comércio de bens e de prestação de serviços' (ANADA BRASÍLIA, 2016)

Podemos constatar que ao contrário da proposta de sua criação, o que predomina lá são bares e restaurantes, ou seja, quase somente atividade de comércio de bens. Porém, segundo o blog *Anda Brasília*, um “problema maior é o fato de que os cidadãos brasilienses são impedidos de exercer sua cidadania em área pública. A face dessa realidade que ficou mais notória foi a cobrança para tirar fotos no local.”

Além da questão da cobrança para tirar fotos, que foi proibida em maio de 2014, os portões por vezes são fechados, o que impede o acesso do público. De acordo com o blog citado, “piqueniques são inibidos por seguranças particulares sob a frágil alegação de que os restos atrairiam ratos”. Porém, parafraseando o Anda Brasília, a área que pode realmente ser controlada pelos comerciantes privados é somente aquela edificável, ou seja, 4.734 m² do total de 134.000 m². Logo, somente o equivalente a 3,5% da área do Pontão seria de controle da iniciativa privada. Os outros 96,5% são área pública, passíveis ao uso do cidadão ordeiro inclusive para piqueniques e outras atividades.

Ainda de acordo com o blog, o Ministério Público “interveio no ‘Caso Pontão’, inclusive exigindo que o GDF exercesse seu poder de polícia para coibir os abusos da empresa responsável pela administração, visto que ele (o GDF) estava sendo omissos em seu dever legal de agir.” A figura 5 a seguir representa uma constatação visual de uma parte do que foi descrito, com a entrada cercada do Pontão do Lago Sul. Apesar de ser espaço público ele aparenta ser privado, já que é possível observar uma entrada específica para veículos particulares, além de cancela e segurança para controle da entrada.



FIGURA 5 – Entrada do Pontão do Lago Sul.

Foto: Romain Moitrot.

Por este relato percebemos como é frágil a democracia de acesso a espaços públicos das áreas valorizadas de Brasília. Além das dificuldades de acesso já citadas, como deficiência de transporte público ou a própria barreira física de portões ou grades, os grupos economicamente dominantes visam favorecer a qualquer custo os interesses privados dos empresários do Pontão do Lago Sul, na tentativa de inibir atitudes que diminuam o lucro dos comerciantes.

Além do Pontão do Lago Sul, podemos ainda analisar imagens de Brasília que nos revelam a privatização do Espaço Público, como a presença de pilotis cercados de prédios residenciais (que deveriam ter garantido acesso e circulação livre), além da apropriação de estacionamentos públicos por prédios residenciais, cercando determinado espaço e colocando uma cancela que controle a entrada, reservando esses

espaços públicos aos moradores. Essas atitudes demonstram como o Estado é conivente com os interesses dos atores hegemônicos que tomam para si um espaço que é público, privatizando-o.



FIGURA 6 – Irregularidades: pilotis cercado, cercas nas entradas, construções em pilotis.

Fonte: Fotos de Daniel Zukko, Urbanistas por Brasília e Gabriel Garcia Dracull. Disponível em:

<https://www.facebook.com/urbanistasporbrasil?ref=photo>.

Esses exemplos nos mostram como existe a hegemonia econômica que controla os Espaços de Brasília. O caso Pontão do Lago Sul nos apresenta uma ideia clara do que acontece e o que é capaz de suceder em diversas situações análogas na cidade. O caso dos pilotis cercados para inibir/proibir a circulação de pessoas com o falso pretexto de promover maior segurança, por sua vez, mostra como a população mais abastada economicamente tem o poder de transformar algumas normas, produzindo novos direitos particulares e burlando as regras do Nomoespço a seu favor. Isso acontece apesar da área ser tombada, ou seja, mesmo que seja um espaço que obrigatoriamente deva garantir a livre circulação, os interesses das classes dominantes falam mais alto.

O que percebemos é como o acesso é dificultado e/ou proibido de acordo com as regras não oficiais de grupos dominantes, mas que são seguidas e respeitadas, muitas vezes por ignorância de seus direitos, pela população. Esse tipo de comportamento aumenta as tensões sociais, aumentando também a dificuldade de acesso da população como um todo aos espaços públicos de Brasília, o que nos revela um espaço não democrático em diversos níveis (econômico, social, cultural e político).

O “brilho de esperança”

Mesmo que a evolução da urbanização no DF veio para afastar e manter as pessoas de baixo nível econômico distantes do centro, Brasília possui espaços físicos que sugerem, a princípio, o acolhimento e a integração, pois apresenta em seu Plano

Piloto de construção a proposta de espaços livres e arborizados para uso dos habitantes. O que podemos observar é que, mesmo com a segregação e estratificação social, alguns acontecimentos culminaram na explosão de eventos públicos culturais organizados pelos próprios habitantes, que são gratuitos para o público e teriam lugar nos amplos espaços de Brasília. Esta proposta de cunho cultural vem modificando o quadro de segregação econômica da maneira com esta realidade vinha se firmando até então, já que o cidadão passa a valorizar a integração social.

A proposta de apropriação dos espaços públicos a partir dos eventos gratuitos, segundo o organizador de alguns desses eventos, Miguel Galvão⁶, é que a população geral do DF possa ter acesso a eventos ao ar livre, integrando as pessoas aos ambientes de Brasília. A própria configuração da Capital Federal, que sugere o aproveitamento de seus espaços públicos, pode ser considerada como uma maneira de Brasília envolver seus habitantes, mas não com a segregação que já existe a partir da lógica capitalista, mas pela ideologia presente na ideia de sua construção e que ainda se faz presente na mente e ações de alguns dos habitantes, que agregam ao invés de segregar a população.

Bilá (2014) em sua obra

O Novo Guia de Brasília”, dedica parte de um capítulo para tratar exclusivamente desta nova configuração cultural que se desenvolve, fazendo da apropriação e uso do espaço público uma forma de expressão cultural. A autora traduz nossas ideias a respeito de eventos e festas que são organizados pelos cidadãos tendo o espaço público como palco quando constata que “As festas nos espaços públicos têm aumentado ano após ano (BILÁ, 2014, p. 142),

E, ainda afirma que as próprias estruturas características de Brasília, como tesourinhas, passagens subterrâneas e grandes vazios entre os prédios vão sendo compreendidos e apropriados pelos habitantes. Esse fato pode ser atribuído ao tempo de maturação da cidade e à identificação do brasiliense com Brasília, realizando intervenções em suas estruturas para melhor aproveitamento de suas formas a fim de ampliar suas funções. Bilá (2014) ainda argumenta que os espaços públicos, quando apropriados pelos habitantes, “movimentam a vida cultural de Brasília colocando em contato diversas camadas sociais, não apenas por serem gratuitos, mas por acontecerem em uma situação fora do comum.” O próprio lançamento do livro de Bilá (2014) foi um evento gratuito e em espaços públicos, com direito a música a céu aberto, bebidas temáticas⁷ e comida de rua.

Tanto Galvão quanto Bilá (2014) concordam que estas festas de rua já fazem parte do viver brasiliense, que está se integrando com os espaços urbanos de uma maneira nova. Porém, mesmo acreditando na importância desses eventos isolados,

devemos ainda destacar que existe ainda outro tipo de apropriação de espaços urbanos em Brasília que acontece de maneira natural e gradativa, e que vão além desses eventos organizados. É o caso do Complexo Cultural da República, que se trata de uma praça ao lado da Rodoviária do Plano Piloto, e justamente por isso tem fácil acesso por transporte público.



FIGURA 7 – Complexo Cultural da República.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Complexo_Cultural_da_Rep%C3%BAblica. Acesso em 15-5-2015.

Ao contrário do ‘PicniK’ e outros eventos semelhantes, que tem um viés comercial, já que precisa garantir o lucro dos expositores, no Complexo Cultural da República não há uma organização formal e nem data e horário específicos para que encontros possam acontecer, o que promove a apropriação natural deste espaço que está localizado no centro de Brasília junto a vários monumentos arquitetônicos no eixo monumental, como a Catedral, o Congresso Nacional e a Torre de TV. Isto sugere uma apropriação democrática e natural daquele espaço público, que vai sendo entendido e consolidado como traço da cultura urbana de Brasília, tendo um grande apelo popular, já que agrupa no mesmo espaço cidadãos de todo o DF. Este fato coloca em conflito realidades diferentes, e tal conflito é responsável por enriquecer culturalmente Brasília, já que expõem as realidades de todo o Distrito Federal em um espaço central da Capital Federal. Podemos fazer um paralelo com Santos (2013) sobre a ideia de cidade em transformação quando o autor argumenta que:

É-nos permitido dirigir perguntas à cidade, indagando a respeito de sua formação, já que a história da cidade é a história da sua produção continuada. A história de uma cidade se produz através do urbano que ela incorpora ou deixa de incorporar. SANTOS, 2013, p. 68)

Aqui, fazer perguntas a Brasília representa também observar os acontecimentos presentes, levando em conta sua história e as mudanças ocorridas. Assim, é possível que a própria cidade nos dê pistas de que aspectos culturais, econômicos e sociais devem ser

mais valorizados e incorporados pelos cidadãos, já que a história dos habitantes estaria escrita na própria história da cidade. No Complexo Cultural da República temos manifestações de caráter popular, como camelôs vendendo roupas e alimentos, encontros de skatistas ou oficinas de dança e música. Todos esses encontros são espontâneos, tendo em vista que o espaço, por estar localizado a poucos metros da Rodoviária do Plano Piloto, é capaz de integrar toda a população vinda de todas as RA do Distrito Federal. Assim, transforma-se a praça do Complexo Cultural da República em uma expressão democrática que engloba todas as classes sociais. Na figura a seguir fazemos uma comparação visual entre o Complexo Cultural da República e uma das edições do evento ‘PicniK’.



FIGURA 8 – À esquerda o Complexo Cultural da República e à direita, uma das edições do PicniK.
Fotos: Daniela Barbosa.

É possível perceber, guardadas as devidas proporções no que tange à organização formal de um evento, que a população que frequenta o Complexo Cultural da República é capaz de fazer, em seu dia-a-dia, seu próprio ‘PicniK’, com música, dança, atrações culturais e alimentação. Galvão defende que “há sim vazios mas estes existem para serem preenchidos por vida” O organizador ainda revela o desafio que existe em despertar carinho e afeto do público frente aos espaços de Brasília, que antes permaneciam vazios, argumentando que

Esse sempre foi um ideal nosso, despertar cumplicidade. A melhor maneira de conservarmos estes espaços é com vida e ocupações conscientes, independente de escala. Penso que o Picnik e outras iniciativas estão sendo muito importantes para consolidar esta consciência, o que a médio prazo pode render frutos incríveis. (GALVÃO, 2015)

Nesse sentido, mesmo que o PicniK necessite ter uma face comercial para que possa continuar existindo, consideramos ser um importante evento para a cultura urbana de Brasília, podendo culminar em apropriações espontâneas do espaço público em outras escalas. Já o Complexo Cultural da República, pelas suas características físicas, como o fato de estar próximo à rodoviária e possuir amplo espaço para encontro popular, já se apresenta como espaço democrático para livre apropriação popular, não sendo necessária uma organização formal e nem apoio de patrocinadores para se estabelecer como traço cultural urbano.

Brasília apresenta um abismo social enorme, que infelizmente está em concordância com seu modelo físico espacial, ou seja, a população que tem suas habitações mais afastadas do centro, via de regra, é a mais carente. Os governantes, desde a construção da cidade, colaboraram para este tipo de ocupação dos espaços urbanos do DF, e esta realidade se faz presente ainda nos dias atuais. Em paralelo, percebemos a crescente apropriação dos espaços públicos de Brasília, e a conseqüente conscientização, por parte da população, das possibilidades de se apropriar de um espaço público. A Capital Federal carrega de seu passado a força dominante da territorialização de seus espaços, mas também carrega uma força ideológica muito forte, e seus habitantes, por meio de diversos fatores, principalmente por questões afetivas na apropriação dos espaços, anseiam por uma relação mais forte com a cidade. Tal relação vai se estabelecendo com uma força cada vez maior, como sugerem observações pessoais acerca da ocupação do espaço urbano e constatações de autores como Gabriela Bilá (2014).

Podemos constatar que as realidades paralelas de estratificação social e de apropriação dos espaços públicos caminham juntas, estruturando-se juntamente com um importante momento da história de Brasília, que ainda tem sua identidade cultural em formação. Por ser uma cidade recente, a ocupação dos espaços públicos e a identificação da população com esses espaços se dá de maneira gradativa, mas temos neste momento cronológico a primeira geração nascida e criada na Capital Federal que não possui mais, necessariamente, a referência de cidade a partir das vivências de seus pais, mas sim a própria Brasília. Isto vem solidificando a apropriação dos seus espaços urbanos, revelando aspectos do que vem a ser a cultura brasiliense.

Considerações finais

Um espaço é democrático quando o seu uso é possibilitado ao maior número possível de pessoas, compreendendo também a ocupação e apropriação a partir da ideia de pertencimento pelos habitantes nos espaços urbanos. Se um local é acessível somente a pessoas cuja entrada e uso são pré-estabelecidos a partir de fatores socioeconômicos, então podemos concluir que o referido local não é democrático.

O acesso pleno a espaços urbanos é dificultado pela distância a ser percorrida, preços praticados em determinados locais e por intimidações vindas ou comandadas por atores hegemônicos. Na realidade, ao compreendermos o espaço como um produto do capitalismo, entendemos que o acesso igualitário de todos a todos os lugares de uma cidade é uma utopia. Mesmo com a garantia normatizada de acesso livre a lugares públicos, existem inúmeros casos em que grupos hegemônicos determinam o uso daqueles espaços. O Estado, que deveria intermediar os conflitos e garantir o acesso dos espaços públicos a todos, acaba por colaborar com a segregação quando concorda, por exemplo, com a especulação imobiliária, fazendo com que as pessoas menos favorecidas economicamente tenham que se afastar cada vez mais do centro urbano. Além disso, há ainda a lógica de privilegiar os locais onde o poderio socioeconômico é maior, tanto com relação à infraestrutura básica quanto às facilidades de transporte, educação e programas de acesso à cultura.

A população, então, também se torna vítima ou cúmplice da segregação espacial quando aquela de baixa renda, por falta de oportunidades econômicas, sociais ou educacionais, aceita tais condições e se sujeita a situações precárias de sobrevivência; enquanto a população com maior padrão econômico se beneficia de todos os privilégios espaciais que envolvem a cidade, desde localização privilegiada até melhores condições de vida.

Temos aqui a relação entre o Nomoespço e o Genoespço, onde a lógica econômica e capitalista de dominação se torna vencedora. As pessoas que não se enquadram em um grupo específico não são bem vindas a espaços dominados por esses grupos, exceto como força de trabalho. Aqui temos a exclusão social em sua face mais perversa, quando segrega espacialmente, culturalmente e socioeconomicamente os habitantes de uma cidade. A lógica de distribuição de espaços dentro de uma cidade

normalmente segue as características impostas pelos grupos hegemônicos, e qualquer tentativa de ruptura com tal processo é duramente reprimida.

A inclusão social é uma variável que está diretamente ligada à questão da democracia de acesso aos espaços urbanos. Quanto mais acesso à educação e cultura as pessoas tiverem, mais incluídas socialmente elas serão. Porém, tal reestruturação da realidade, quando dependida exclusivamente dos interesses de grupos hegemônicos, não passaria de uma ilusão, pois estes grupos têm interesse na alienação cada vez maior dos grupos dominados, tendo em vista que isto lhes garante vantagens maiores na sociedade.

Para analisar Brasília é importante considerar uma apreciação de seu passado para entender sua história, mas, e principalmente, é preciso analisar seu presente para construir seu futuro. Brasília surgiu em um momento economicamente viável para a sua criação, mas esta situação não deixa de considerar que o fator humano sempre esteve envolvido na dinâmica de seus espaços, principalmente levando em conta todo o ar ideológico que carrega.

Toda a evolução de Brasília que culminou no que hoje observamos, seu momento atual, com as pessoas atuais, é um processo de descoberta urbana. Seus habitantes são capazes de construir novas faces de Brasília de acordo com seus interesses e, juntamente com a questão da luta de classes e pressão da classe hegemônica para que os menos favorecidos não saibam jamais de seu poder, existe uma parcela de habitantes que clama por um local mais justo espacialmente, com melhor aproveitamento de seus espaços urbanos. Isto nos revela a evolução social de uma parcela da sociedade, o que apresenta um ganho para o DF e para a população. Infelizmente a segregação social e econômica é uma realidade que tem fortes influências e apoiadores, como a especulação imobiliária e grandes empresários.

As pessoas que vieram para a Capital Federal, em cada momento e por cada motivo, têm uma relação diferente com Brasília, e hoje esta relação está em constante transformação. A partir de apoios às iniciativas que influenciam a democratização dos Espaços, a própria sociedade é capaz de construir uma nova identidade para Brasília, o que pode ser capaz de unir as classes sociais distantes, diminuindo o abismo social tão forte e evidente no DF, construindo uma sociedade mais democrática e cidadã.

Notas

(1) Ver Plano Piloto da construção de Brasília.

(2) O conceito de superquadra residencial corresponde a conjuntos de edifícios dentro de um esquema organizacional comparável a um quarteirão. Com aproximadamente 280m², as superquadras possuem de 11 a no máximo 20 blocos (prédios) residenciais, tendo como uma das características principais a presença de Pilotis, o que faz com que o acesso ao térreo deles seja livre. Elas possuem também comércio localizado entre as quadras.

(3) Dados do CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%C3%B4micas/TABELA%20RENDIA%20PER%20CAPITA%20E%20POPULA%C3%87%C3%83O%20-%20CENSO%202010.pdf>. Acesso em 15.9.2014.

(4) Idem nota 3. O Plano Piloto é contemplado como somente Asa Norte e Asa Sul.

(5) Blog brasileiro sobre mobilidade urbana sustentável, inclusos transporte público, uso racional do carro/automóvel, bicicletas, ciclovias/ciclofaixas, taxis, poluição, metrô, metrô leve/VLT/bonde etc. Disponível em <http://andabrasilia.blogspot.com/2014/08/empresa-administra-pontao-trata-publico-privado.html>, acesso em 16/11/2014.

(6) Miguel Galvão é organizador de alguns eventos como PicniK e Quitutes no Parque.

(7) Em um dos eventos de lançamento do Livro de Bilá havia o “drink da seca” e o “drink da chuva”. O brasileiro apresenta uma intensa relação com as estações seca e chuvosa da cidade, e o clima é considerado como elemento importante que configura a Capital, sua paisagem e as atitudes do cidadão.

Referências

BILÁ, Gabriela. **O novo guia de Brasília**. Tradução de FriendlyCheesecake. Brasília: Ed. do Autor, 2014.

BRUZZESE, Antonella. **Plano Piloto e Região Central: espaços públicos em Brasília**. In: SABÓIA, Luciana; DERNTL, Maria Fernanda (Orgs.). **Brasília 50 + 50: cidade e projeto**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2014.

FARRET, Ricardo Libanez. O estado, a questão territorial e as bases da implantação de Brasília. In: PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. 2 ed., Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In: PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. 2 ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. A condição urbana: ensaios de geopolítica da. 4^a ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

PALAZZO, Pedro Paulo. Brasília. In: BILÁ, Gabriela. **O novo guia de Brasília** Tradução: FriendlyCheesecake. Brasília : Ed. do Autor, 2014.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. 5 ed., São Paulo: EDUSP, 2012.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico**. 5. ed., São Paulo: EDUSP, 2013.

SCHLEE, Andrey. Narrativas Históricas e Culturais de Brasília. In: SABÓIA, Luciana; DERNTL, Maria Fernanda (Orgs.). **Brasília 50 + 50: cidade e projeto**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

Daniela Pereira Barbosa – é mestre em Design, Tecnologia e Sociedade pela Universidade de Brasília; Especialista em Docência Virtual e Presencial no Ensino Superior pela Universidade Católica de Brasília;

e Bacharel em Desenho Industrial pela UnB com habilitações em Programação Visual e em Projeto de Produto. Trabalha atualmente como designer editorial na editora da Câmara dos Deputados, elaborando projetos gráficos de publicações oficiais do legislativo brasileiro. Leciona periodicamente o curso de Estamparia Digital Fotográfica no Espaço Par de Ideias.

Recebido para publicação em 30 de março de 2016.

Aceito para publicação em 04 de abril de 2016.